

## ASPECTOS DA SIGNIFICAÇÃO DA FRASE: CATEGORIZAÇÃO DO VERBO, RELAÇÕES E FUNÇÕES SEMÂNTICAS

Telmo Correia ARRAIS\*

---

*RESUMO: Na análise da significação da frase, há necessidade de distinguir dois níveis: o elocucional e o proposicional. Ambos devem ser considerados na representação semântica da frase, projetada como um conjunto de predicções dispostas em níveis estratificados. O estrato existencial e o do conteúdo objetivo têm relação estrutural mútua, constituindo o cerne da proposição. Nesta, os verbos apresentam certas categorias semânticas que propiciam relações apropriadas com os nomes a eles associados, determinando suas funções semânticas. Para a análise desse problema, busca-se integrar os sistemas de Fillmore, Chafe e Jackendoff num modelo único. A partir de traços básicos, analisa-se sua combinação com outros mais especificadores, que levam a relações abstratas com os argumentos; três funções são apreendidas em cada tipo de relação. Ressalta-se, por fim, o alcance explicativo de um sistema que considera relações e funções semânticas na descrição dos fatos da língua.*

*UNITERMOS: Elocução; proposição; representação semântica; estrato existencial; conteúdo objetivo; predicador; argumento; categorização semântica; relação semântica; função semântica.*

---

### 1. INTRODUÇÃO

É ponto pacífico hoje, entre os lingüistas, que o significado completo de uma frase não pode ser dado apenas por um conjunto de regras de estrutura sintagmática e um léxico (ou, em outros termos, por uma seqüência de classes de palavras e os lexemas a elas correspondentes). Há outros elementos, como quantificadores, operadores lógicos, indicadores de modalidade, performativos, que dão contorno real à representação do significado da frase.

Faz-se necessário, pois, estabelecer preliminarmente uma distinção entre diferentes tipos de significado da frase. Há de se considerar que a relação semântica entre uma frase declarativa e a frase interro-

gativa ou imperativa correspondente é de tipo diferente da relação semântica existente entre duas frases declarativas, ou entre os itens lexicais que formam cada frase. Seria, basicamente, a separação entre significado de uma frase-proposição e significado de uma frase-elocução. Consideremos os exemplos:

- (1) a. Os rapazes vigiam o prédio.  
b. Os rapazes vigiam o prédio?  
c. Rapazes, vigiem o prédio!
- (2) a. Os rapazes querem dançar.  
b. As moças recusam-se a dançar com os rapazes.  
c. Os americanos bombardearam o Vietnã.

Com efeito, as relações semânticas das

---

\* Departamento de Lingüística - Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação - UNESP - 14.800 - Araraquara - SP.

relações em (2). Vejamos: em (1) existe um conteúdo semântico comum às três frases, que podemos chamar de “conteúdo objetivo”, o qual aparece, como expressão elocucional, sob três diferentes perspectivas semânticas. Em (1a) esse conteúdo objetivo é expresso como constatação, na medida em que estabelece a verdade ou estado de uma situação cognitivamente apreendida; em (1b) o mesmo conteúdo objetivo não é expresso como constatação, mas indagado enquanto possibilidade de ser ou não plasmado no mundo real\*; enfim, em (1c) esse mesmo conteúdo se exprime como ordem a ser cumprida, o qual, uma vez acatada a ordem, será plasmado no mundo real. Desse modo, pode-se dizer que a diferença semântica entre as três frases é devida aos especificadores da frase-elocução, sendo a mesma a relação semântica entre as unidades formadoras da frase-proposição.

Já nas frases em (2), é o oposto que se observa: se alguma semelhança há entre as três frases, ela diz respeito apenas ao fato de terem todas o mesmo especificador elocucional - declarativo -, correspondendo todas à constatação de um fato. Mas, embora (2a) e (2b) possam ambas ser expressas com respeito a um mesmo quadro referencial e tenham também alguns elementos lexicais em comum (*dançar e rapazes*), não se dá o mesmo tipo de relação entre os itens, denotando conteúdos objetivos diversos. Com respeito a (2c), então, pode-se dizer que nem mesmo deve caber no quadro referencial

das duas frases anteriores, já que não há qualquer índice semântico que a relacione a tal quadro. Daí a naturalidade com que podem ser coordenadas as frases (2a) e (2b), sendo estranha ou anômala a coordenação de (2c) com qualquer uma das anteriores:

- (3) a. Os rapazes querem dançar e/mas as moças recusam-se a dançar com os rapazes.
- b. ? Os rapazes querem dançar e/mas os americanos bombardearam o Vietnã.
- c. ? As moças recusam-se a dançar com os rapazes e/mas os americanos bombardearam o Vietnã.\*\*

O que estamos tentando realçar é que as atitudes ou perspectivas sob as quais o falante dá forma ao conteúdo objetivo constituem elementos determinantes da significação da frase. Mas, além desses performativos, há outros elementos que também indicam certas atitudes ou suposições do falante diante do conteúdo objetivo e do(s) ouvinte(s). Daí poderem ser incluídos nessa mesma classe os elementos modais, relacionados à expressão da possibilidade, da probabilidade, da obrigação e da necessidade. Todos esses elementos devem ser considerados especificadores da frase-elocução, pois sua característica comum é exprimir as atitudes, perspectivas e suposições do falante diante do conteúdo objetivo a exprimir e/ou diante do(s) ouvinte(s).

Há, enfim, especificadores da frase-proposição em sua totalidade, cuja fun-

\* Estamos conscientes da ambigüidade semântica de (1b): de fato, não temos na escrita condições de exprimir certas modulações que podem apontar, na língua falada, para este ou aquele elemento de incidência da indagação. Assim, (1b) pode corresponder a uma pergunta que se faz no sentido tanto de se querer saber se são os rapazes, e não os velhos por exemplo, que vigiam o prédio, como de se saber se o que os rapazes fazem é vigiar o prédio, ou ainda de se saber se, entre várias alternativas de atividade para os rapazes, pode-se pensar em vigiar o prédio como uma delas. Mas, qualquer que seja a interpretação dada, nenhuma invalida o fato de ser uma indagação quanto à possibilidade de um conteúdo objetivo ser plasmado no mundo real.

\*\* Observe-se que, em função de situações pragmáticas particulares, poderemos relacionar a frase (2a) ou (2b) com a (2c), mas nesse caso será mais apropriado o processo da subordinação. Assim, poderemos ter:

(3) d. As moças recusam-se a dançar com os rapazes, porque os americanos bombardearam o Vietnã.

e. Já que os americanos bombardearam o Vietnã, os rapazes querem dançar.

Em (3d), a atitude das moças pode ser relacionada a uma forma de protesto pelo bombardeamento do Vietnã; já em (3e), o desejo de dançar dos rapazes pode relacionar-se a uma forma de comemoração pelo bombardeamento do Vietnã.

ção é precisamente relacionar o conteúdo objetivo a um tempo e espaço ou, mais particularmente, o processo a um determinado aspecto do completamento ou da duração. A diferença em relação aos anteriores é que são intrínsecos à proposição, não sendo determinados pela subjetividade do falante ou por qualquer elemento do contexto situacional.

## 2. ESTRATOS NA REPRESENTAÇÃO SEMÂNTICA

A importância que atribuímos a certos especificadores da frase-elocução deve encontrar correspondência na representação semântica da frase. Em outros termos: cabe integrar à representação semântica da frase os aspectos pertencentes à função comunicativa da linguagem. Tal atitude corresponde a integrar, na representação da frase, o sistema e o uso da língua, ou seja, a frase-proposição e a frase-elocução.

É de lembrar que a semântica gerativa inicialmente apenas se preocupava com a frase-proposição, mas, à medida que passou a dar importância ao uso da linguagem, à sua dimensão pragmática, passou a incorporar também esses elementos na representação semântica. John Ross (18) propõe a inclusão de uma cláusula performativa como um nível na representação semântica de cada frase: tal nível especifica o ato de fala envolvido e faz referência ao emissor e ao destinatário da mensagem. Ronald Langacker (13) inclui na representação semântica esse e outros tipos de informação presentes na frase. Para tanto, adota inicialmente dois postulados fundamentais da semântica gerativa: (i) a estrutura profunda é igualada ao nível da representação semântica; (ii) as relações de alcance semântico devem ser representadas na estrutura profunda como a relação entre um predicado e outro predicado encaixado nele. Cada nível de predicação corresponderá, para ele, a um estrato, já que as diversas proposições de

uma estrutura frásica diferem de função de um modo relativo a sua profundidade de encaixamento ou separação de estratos. Em suas palavras, “as representações semânticas são unidades organizadas e integradas nas quais as proposições componentes representam papéis funcionais específicos” (14, p. 328). Assim, enquanto uma simples proposição como Doente Mário apenas designa ou descreve uma situação concebida, uma frase como (4):

(4) Mário deve ser doente.

é uma predicação complexa que diz respeito à existência dessa situação. As várias proposições componentes acrescentadas àquela simples proposição descritiva para convertê-la numa predicação complexa, que constitui a frase, Langacker as agrupa em distintos estratos com função constante. Em seu diagrama, abaixo do estrato performativo vem o estrato do tempo-aspecto-modo, seguido do estrato existencial e, por fim, o estrato do conteúdo objetivo. Cada estrato tem uma função determinada, sendo a do ‘conteúdo objetivo’ a de designar uma situação concebida. Mas a frase como um todo é uma predicação complexa que diz respeito à existência dessa situação: daí o estrato ‘existencial’, cuja função é a de predicar a existência do conteúdo objetivo. Entretanto, a frase (4) não assevera a simples existência da situação designada, antes a possibilidade dessa existência, com a simultânea indicação do tempo e aspecto da predicação. Por fim, vem o estrato performativo, que especifica o ato de fala que comanda a predicação complexa.

## 3. ARTICULAÇÃO DO ESTRATO EXISTENCIAL COM O CONTEÚDO OBJETIVO

Pode-se postular, em princípio, que cada frase contém, pelo menos, um predicador existencial em sua representação semântica, o qual constitui o estrato existencial referido. Isso não quer dizer que

toda frase presente o predicador SER em sua estrutura profunda, como poderia levar a crer o emprego do termo “existencial”. A existência pode ser descrita em termos estáticos ou em termos dinâmicos. Em outras palavras: as situações existenciais podem ser concebidas como estados, processos ou ações. Daí poderem ser definidas as frases, no estrato existencial, com o estativo SER, com o processual ACONTECER ou com o ativo FAZER. Basicamente, uma frase pode ser especificada como de estado ou de não-estado, este último tipo devendo ser especificado como processo, ação e ação-processo (cf. 4, p. 98-101). As frases abaixo permitem perceber essas distinções:

- (5) A roupa está seca.
- (6) A roupa secou.
- (7) O marido trabalha muito.
- (8) O sol secou a roupa.

Enquanto a frase (5) descreve o estado de roupa, focalizando uma propriedade accidental, ela ignora possíveis mudanças nessa propriedade: é uma frase de estado, portanto. Já a (6) focaliza uma mudança de situação no tempo, por isso é frase de processo. Em (7) e (8) reconhece-se a presença de um agente e um causador, respectivamente; são elementos que caracterizam as frases de ação. Mas, enquanto (7) aponta apenas para um executor da ação, (8) assinala um propulsor que causa uma mudança na condição ou estado de outro elemento. Daí comportar o estrato existencial desta última dois predicadores: o FAZER ativo e o ACONTECER processual.

Em três dessas quatro frases, servimo-nos propositadamente de uma mesma base léxica SEC - (adjetiva e verbal), para assinalar a margem de variação em que uma mesma situação é representada: a frase (6) representa, em termos processuais, a mesma situação representada por (5) em termos estáticos; a frase (8) focaliza essa mesma situação como o resultado provocado por um causador. Esses

exemplos podem dar a impressão de que a categorização existencial de situações em estados, processos e ações é arbitrária, mas não é esse exatamente o caso. Essas três categorias têm conteúdo semântico intrínseco. Daí uma dada situação poder ser construída como uma instância de uma categoria particular só quando for compatível com esse conteúdo semântico. Se considerarmos, por exemplo, as frases (9) e (10):

- (9) Os tubarões são peixes.
- (10) A mãe repreendeu o filho.

observamos que não há como construir lingüisticamente (9) como uma ação ou (10) como um estado. Assim, para a grande maioria de situações, há uma categorização lingüística pré-determinada, ou pelo menos parcialmente delimitada.

Casos há, entretanto, como evidenciaram os exemplos (5), (6) e (8), em que a categorização de uma situação particular é determinada pelos recursos lexicais e sintáticos da língua e/ou por uma escolha arbitrária por parte do falante. Há pouca diferença semântica entre as frases (5) e (6), além do fato de uma representar a situação como um estado e a outra como um processo. Além disso, há casos em que um mesmo predicador pode representar um processo num contexto e uma ação em outro; por exemplo, *ir* e *ver* designam um processo não-ativo em (11) e uma ação em (12), enquanto (13) é ambíguo entre os dois sentidos:

- (11) a. As latas vazias foram para o lixo.  
b. Pedro viu um súbito clarão.
- (12) a. Os rapazes foram para a festa.  
b. Pedro viu uma peça de teatro.
- (13) a. Pedro foi para o hospital.  
b. Pedro viu uma agência de empregos.

Certamente só o contexto mais amplo permitirá decidir quanto à categorização das frases em (13), enquanto para as frases em (11) e (12) o simples teste interrogativo com ‘acontecer’ e ‘fazer’ é suficiente para estabelecer as categorias existenciais. A

língua tem seus próprios procedimentos de derivação que permitem ao falante, em grande número de casos, optar por uma dessas categorias na formulação da frase, dependendo certamente da situação concebida.

O estrato existencial e o do conteúdo objetivo têm relação estrutural mútua, constituindo o cerne do que atrás chamamos de frase-proposição. Núcleos proposicionais como DOENTE MÁRIO ou VIR ELE não asseveram nada, apenas descrevem ou designam uma situação, ao passo que elocuições como *Mário deve ser doente* ou *Não é possível que eles não venham* são usadas para fazer asserções. A função do conteúdo objetivo é puramente descritiva ou designativa.

Mas as frases não são usadas meramente para designar situações; elas predicam algo sobre a existência das situações denotadas por seu conteúdo objetivo. Assim, a noção de existência - asseverada, ordenada ou questionada - está sempre envolvida na expressão de qualquer frase. Em termos funcionais, o estrato existencial predica a existência da situação apenas designada no estrato de conteúdo objetivo.

Algo mais, entretanto, deve ser explorado na análise do conteúdo objetivo. Com efeito, a observação de proposições como DOENTE MÁRIO ou VIR ELE pode induzir-nos a ver a proposição apenas como uma estrutura consistindo de predicador e argumento, cabendo ao primeiro designar um estado, processo ou ação, ao segundo designar a entidade (ou entidades) em relação à qual se tem a predicação. Suponhamos, entretanto, as frases:

- (14) O marido agrediu a mulher.
- (15) A mulher agrediu o marido.

Certamente, o conteúdo objetivo destas duas frases não corresponde apenas a informar os lexemas que o constituem, pois nesse caso ele não acusaria nenhuma diferença semântica entre as duas frases. Co-

mo se trata de frases com dois argumentos, a ordem deles na representação semântica deve contribuir para o entendimento de quem é o agressor (agente) e quem é o agredido (paciente). Dessa forma, estabelece-se que, no estrato do conteúdo objetivo, logo após o primeiro elemento, que é o predicador, deve vir o argumento sujeito, seguido imediatamente do argumento objeto direto (depois o objeto indireto, se houver três argumentos). Assim, AGREDIR MARIDO MULHER corresponde a um conteúdo objetivo diverso de AGREDIR MULHER MARIDO.

O que queremos ressaltar é que o conteúdo objetivo não se reduz aos lexemas básicos constitutivos da proposição, mas refere-se também à relação funcional em que se encontram tais lexemas. Em outros termos: a organização do conteúdo objetivo é simultaneamente semântica e sintática. Daí ser este estrato da representação semântica o que mais se aproxima da estrutura sintática da frase. Ray Jackendoff (11, p. 14-15) reconhece que “o aspecto de representação semântica que está mais estreitamente ligado à estrutura sintática é a *estrutura funcional* de uma leitura semântica. Podemos pensar os verbos como funções semânticas de uma ou mais variáveis, cabendo aos sintagmas nominais sintaticamente associados fornecer valores semânticos para as variáveis. Admitindo isto, cada verbo na estrutura profunda de uma frase presumivelmente corresponde a uma função na representação semântica”. Três aspectos desse trecho podem ser separados, embora apresentem estreita correspondência: (i) nomes (“sintagmas nominais”) e verbos são as duas classes de lexemas que devem ser tomadas como básicas na estrutura do conteúdo objetivo; (ii) os nomes estabelecem relações funcionais com os verbos; (iii) é possível atribuir valores semânticos aos nomes, determinados pelas funções semânticas dos verbos a que se associam.

Em busca de um maior rigor na análise que seguirá, propomos uma formulação mais precisa: os verbos se apresentam em determinadas categorias semânticas, que propiciam certas relações características com os nomes a que se associam; as categorias e relações verbais é que determinam, por sua vez, as funções semânticas dos argumentos. Ora, as diferentes categorizações existenciais expressas na frase, como vimos, estão estreitamente vinculadas à natureza do predicador, mas muitas vezes são determinadas pelo próprio contexto ou pelas características léxico-semânticas dos argumentos envolvidos. A esse respeito, foram ilustrativos os exemplos (11)-(13). Há, assim, um duplo movimento de determinação que devemos assinalar: de um lado, uma caracterização existencial ou funcional do predicador determina certos tipos de relações semânticas entre ele e os argumentos no estrato de conteúdo objetivo; por outro lado, a natureza semântica particular dos argumentos, nesse estrato, acarreta uma categorização específica no nível do estrato existencial. Fica claro, pois, que existe uma estreita relação semântica entre esses dois níveis, preponderando a relação de determinação do estrato existencial sobre as funções sintático-semânticas dos argumentos no estrato do conteúdo objetivo.

O primeiro problema a investigar é se as relações sintáticas tradicionalmente estabelecidas entre verbo e nomes (sujeito, objeto direto, etc.) correspondem a relações semânticas ou servem para explicar certos fatos semânticos de estrutura profunda. Consideremos, para tanto, os seguintes exemplos:

- (16) a. A porta abriu.  
b. O zelador abriu a porta.  
c. O zelador abriu a porta com esta chave.

- d. Esta chave abriu a porta.  
e. A porta abriu com esta chave.  
(17) a. João vendeu um barco a Pedro.  
b. Pedro comprou um barco a João.

As relações sintáticas entre os termos das frases em (16) e (17) determinam funções como sujeito, objeto direto, etc., que não exprimem, entretanto, certos fatos semânticos relevantes. Em todas as frases de (16), a *porta* apresenta a mesma relação semântica com *abrir*, embora se manifeste como sujeito em (16a) e (16e) como objeto direto em (16b-d). As frases de (16c-e) apresentam ainda outra relação comum semanticamente relevante entre *chave* e *abrir*, apesar do fato de *chave* se manifestar como Sujeito em (16d) e como Adverbial de instrumento em (16c) e (16e). Já nas frases em (17), uma mesma relação semântica de cedente-receptor se estabelece entre *João* e *Pedro*; mas, se *João* é o Sujeito e *Pedro* o Objeto indireto em (17a), esses mesmos termos aparecem com as funções invertidas em (17b).\*

Focalizando apenas fatos sintáticos de superfície, não seria possível dar conta de todos os fatos semânticos. Assim, há de se pensar em relações e funções mais profundas, que ponham em evidência o caráter semântico das dependências sintáticas.

#### 4. INTEGRAÇÃO DOS PRINCIPAIS MODELOS

Na tentativa de explicar fatos sintático-semânticos dessa natureza, vários modelos têm sido propostos, como o sistema de casos de Fillmore (6, 7) ou o de Anderson (1), as unidades selecionais de Chafe (4) e as relações temáticas de Gruber (9, 10) e Jackendoff (11, 12). A adoção exclusiva de qualquer um desses sistemas resultaria numa ou noutra inadequa-

\* O mesmo tipo de crítica às relações gramaticais encontra-se nos trabalhos de Fillmore (8, p. 362-3) e Jackendoff (11, p. 25-6). Fillmore, entretanto, preocupado em demonstrar a inadequação do modelo sintático dos *Aspectos*, estende sua crítica a toda informação categorial e funcional prevista no componente de base desse modelo.

ção relativamente ao modelo mais amplo de representação semântica que adotamos. Daí termos procurado superar os pontos conflitantes entre esses três sistemas, adaptando conjuntamente seus fundamentos, princípios e noções aos propósitos do presente modelo.

Sem dúvida, com uma classe relativamente pequena de relações casuais, por exemplo, podem ser expressas importantes generalizações semânticas e sintáticas sobre fatos do tipo observado nas frases de (16) e (17). Mas a caracterização dos casos profundos em termos de traços semânticos lexicais e relacionais, bem como a adoção de um sistema com um maior ou menor número de casos, traz inúmeras implicações teóricas, metodologicamente difíceis de contornar. Inconveniências maiores consistem na duplicação de símbolos categoriais e rótulos casuais na representação da estrutura profunda. E que dizer do tratamento a ser dado aos marcadores casuais, elementos de estrutura profunda ou de superfície? Princípios como o da associação de cada nome com o verbo numa única relação casual particular e o da ocorrência de um só nome representativo de uma dada relação casual na mesma frase\* mostraram-se superados em nossa análise. Certamente, a revisão de alguns princípios da teoria dos casos, complementada por noções derivadas de outros sistemas, pode torná-la fecunda na aplicação à presente análise.

O sistema de relações de Gruber (9, 10), adotado também em dois importantes trabalhos por Jackendoff (11, 12), onde foram chamadas de “relações temáticas”, está próximo do sistema de casos de Fillmore, mas difere dele em alguns pontos importantes. A noção semântica fundamental no sistema de Gruber é a de *Tema* da frase, razão por que Jackendoff (11, p. 29) a ele se refere como sistema de *relações temáticas*. Postula-se que, em to-

da frase, há sempre um nome funcionando como Tema, mas não se encontram, em Gruber ou Jackendoff, critérios explícitos para determinar que tipo de relação específica caracteriza o Tema em cada frase. Ambos apenas indicam que nomes, em relações específicas com este ou aquele verbo, devem ser tomados como Tema da Frase. Nos resultados de suas análises, encontramos enorme aproximação com os casos Objetivo e Factivo de Fillmore ou com o Paciente e Complemento de Chafe. Se o sistema de relações temáticas se revela eficaz e funcional na análise da estrutura semântica de frases com verbos de estado e de movimento, de frases locativas, possessivas e causativas, mostra-se, entretanto, precário e insuficiente na análise de frases com verbos experienciais, que incluem os tradicionalmente chamados verbos de “entendimento, percepção, sentimento, memória e vontade”. Como consequência, a adoção exclusiva do sistema de relações temáticas — que além do Tema abrange *Localização, Origem, Meta, Acompanhamento e Agente* — não permitiria, por exemplo, uma descrição global dos esquemas semânticos subjacentes às frases da língua.

Como ponte entre esses dois sistemas, lançamos mão do sistema de unidades seletivas de Chafe. Segundo ele, unidades seletivas como Paciente, Agente, Beneficiário, Experienciador dependem da presença de traços relacionais no verbo, como Estado, Processo e Ação. Assim, os traços relacionais dos verbos é que são básicos para a organização semântica da frase.

Neste ponto, queremos chamar a atenção para a centralidade do verbo na estrutura profunda da frase-proposição, na medida em que é ele que determina o arranjo funcional dos argumentos. Não podemos dizer, entretanto, que haja intei-

---

\* Nomes representando o mesmo caso devem estar coordenados. (Cf. 7, p. 21-2).

ra concordância entre os lingüistas quanto a esse ponto. Segundo Fillmore (7, p. 21 e segs.), por exemplo, a frase consiste de um verbo e um ou mais SNs; mas, embora cada um deles esteja associado ao verbo numa relação casual particular, são os nomes que selecionam o verbo, e não o contrário. Daí ter explicitamente assinalado que “os verbos são selecionados de acordo com os contornos casuais que a frase proporciona” (7, p. 26), o que vem a receber o nome de ‘estrutura casual’ (‘case frame’) da frase. Por outro lado, as entradas lexicais dos verbos são providas de ‘traços de armação’ que indicam o conjunto de estruturas casuais em que dados verbos podem ser inseridos; além do mais, tais traços impõem aos verbos uma classificação na língua, bastante complexa em virtude da variedade de arranjos na proposição e da possibilidade de muitos verbos ocorrerem em mais de um contorno casual (Cf. 7, p. 27). Não vemos, pois, clara coerência na posição de Fillmore, já que a possibilidade de mais de um contorno para muitos verbos só pode ser determinada pelas propriedades sintáticas e semânticas desses verbos, o que leva a considerá-los como elementos centrais na estruturação funcional da frase.

Já Chafe, ao contrário, esboça uma estrutura semântica da frase em que “a configuração típica é a de um verbo central acompanhado de um ou mais nomes, sendo que cada um deles estabelece alguma relação semântica particular com o verbo.” (4, p. 144). Entre as evidências que o autor arrola para postular a centralidade do verbo, destacam-se: a) o verbo está sempre presente, pelo menos em estrutura profunda, nas frases de qualquer língua; b) embora seja tipicamente acompanhado de um ou mais nomes, há, em várias línguas, frases em que apenas o verbo está presente\*; c) o verbo determina

que classes de nomes o acompanham, qual é a sua relação com esses nomes e como eles são semanticamente especificados (Cf. 4, p. 96-7).

Embora concordemos em princípio com a posição de Chafe no tocante à centralidade do verbo e com as evidências apontadas, discordamos dele no sentido de configurarmos as relações de estrutura profunda entre verbo e nomes como de natureza sintático-semântica: *semântica*, na medida em que as relações entre os argumentos determinadas pelo verbo levam a noções tais como ‘agente’, ‘experenciador’, ‘locativo’, etc.; *sintática*, na medida em que as combinações possíveis com este ou aquele número e tipo de argumentos, neste ou naquele arranjo, definem os “tipos de proposições”.

Em cada um dos modelos assinalados, podemos ver realçado um determinado aspecto da estrutura semântica da frase. Na visão de Chafe, unidades semânticas como Estado, Processo, Ação (traços relacionais), presentes no verbo, é que determinam as categorias semânticas dos nomes que os acompanham. Gruber e Jackendoff dão relevo a relações semânticas mais profundas (relações temáticas), que pressupõem uma certa estrutura pré-lexical anterior ao nível da palavra e comum a todas as línguas (Cf. 11, p. 1), composta de traços paracasuais bem abstratos — origem, meta etc. — que se materializam de diferentes modos em diversos tipos de frases. Enfim, na obra de Fillmore (e, com o particular viés localista, também na de Anderson), noções casuais — Agente, Experenciador, Instrumento, Objetivo, Locativo etc. — caracterizam os papéis representados pelos nomes em função dos predicadores com que se associam, o que corresponde a realçar as ‘funções semânticas’ dos nomes.

---

\* Chafe reconhece que há na língua também expressões semanticamente sem verbo, do tipo *oh! arre!*, mas devem ser vistas como reliquias de um tipo de comunicação pré-humano, em que a simbolização direta de mensagens unitárias era a regra. Por outro lado, o verbo pode estar ausente na estrutura de superfície. (Cf. 4, p. 96-7).



## 5. DIMENSÕES NA ESTRUTURAÇÃO SEMÂNTICA DA PROPOSIÇÃO

De nossa parte, vemos a estrutura semântica da proposição articulada em três dimensões que se interpenetram e complementam. Uma dimensão corresponde à caracterização semântica geral do verbo, a qual se estende à frase como um todo, e em razão da qual é previsível a natureza das relações entre argumento(s) e verbo. Tal caracterização pode ser estabelecida em concordância com a análise de Chafe dos traços semânticos do verbo. Se

*estado, processo e ação* constituem os traços básicos, há verbos, entretanto, que compreendem uma combinação de dois desses traços (*ação-processo*) e os que admitem outras especificações além dessas. Daí os tipos verbais que combinam um desses traços com um segundo traço (Cf. 4, p. 144 e segs.): verbos *experienciais de estado* e *experienciais de processo*; verbos *benefactivos de estado*, *benefactivos de processo* e *benefactivos de ação-processo*; verbos *locativos de estado*, *locativos de processo*, *locativos de ação* e *locativos de ação-processo*.\* Os exemplos abaixo ilustram os diferentes tipos semânticos:

- (18) a. A roupa está seca.  
b. A mulher morreu.  
c. O marido trabalha muito.  
d. A empregada quebrou a louça.  
(19) a. Pedro gosta de melancia.  
b. Pedro entendeu a lição.  
(20) a. Paulo tem um carro.  
b. Paulo ganhou um prêmio.  
c. Maria enviou uma carta a Oto.  
(21) a. A mulher está em casa.  
b. Um corpo flutuava no rio.  
c. Os rapazes correram para casa.  
d. O guri levou o sino para casa.

Estado  
Processo  
Ação  
Ação-Processo  
Experiencial de estado  
Experiencial de processo  
Benefactivo de estado  
Benefactivo de processo  
Benefactivo de ação-processo  
Locativo de estado  
Locativo de processo  
Locativo de ação  
Locativo de ação-processo

Em razão desses traços semânticos, determinadas relações bem abstratas se estendem aos argumentos governados pelo verbo. Tais relações compreendem, em nossa concepção, três grandes espécies: relações de *afetamento*, de *causa* e de *localização*. Cada uma dessas relações, por sua vez, apresenta diferentes traços caracterizadores de relações mais específicas e dependentes do traço semântico particular do verbo (*ação, processo* etc.). Assim, a relação de afetamento com um verbo de estado se projeta no argumento cuja condição se descreve (cf. a relação entre *roupa* e *estar seco* na frase 18a); com um

verbo de ação ou de ação-processo se estende ao argumento que sofre o efeito da ação verbal (cf. a relação entre *louça* e *quebrar* na frase 18d); com um verbo experiencial se projeta sobre o argumento que suporta o estado ou processo descrito pelo verbo (cf. a relação entre *Pedro* e *gostar* em 19a e entre *Pédro* e *entender* em 19b). A relação de localização, por sua vez, se expressa por verbos de estado, apenas estabelece a posição espacial (ou temporal) dos seres ou objetos (cf. a relação entre *estar, em casa* e *mulher* na frase 21a), mas se projetada por verbos de processo, de ação ou de ação-processo pode,

\* Chafe considera que o segundo traço se combina somente com determinados tipos de verbos (Cf. 4, p. 144 e segs.), mas na verdade ele pode estender-se a qualquer tipo básico (pelo menos em português), como teremos oportunidade de ver neste trabalho.

além disso, assinalar a origem, meta ou extensão do conteúdo expresso pelo verbo (cf. as relações entre *flutuar* e *no rio* em 21b, *correr* e *para casa* em 21c e *levar* e *para casa* em 21d). Enfim, a relação de causa, que apresenta complexidade maior. Primeiramente, porque essa relação pode ser estabelecida pelo verbo em duas direções — na direção do elemento causador e na do elemento causado (efeito). Os chamados 'verbos de criação' (*fazer*, *construir*, *compor* etc.) são exemplos desse tipo. Em segundo lugar, porque a presença ou não do traço 'controle' na relação causal abre quatro possibilidades: i) causa sem controle; ii) causa com controlador; iii) causa com controlado; iv) causa com controlador e controlado. As diversas relações de causa, comumente expressas com verbos que tenham o traço Ação, combinado ou não com outro traço, estão ilustradas nos exemplos que se-guem:

- (22) a. A tempestade destruiu a planta-  
ção.  
b. O técnico ajustou o aparelho.  
c. Esta chave abriu a porta.  
d. O garoto abriu a porta com esta  
chave.

Não se pense, entretanto, que um verbo expresse um único tipo de relação, o que de fato só se verificará se ele selecionar um único argumento. Em princípio, as relações do verbo são múltiplas e variadas, dependendo do número de argumen-tos que seleciona. Mas há, a partir dos traços semânticos gerais do verbo, um certo grau de previsibilidade dessas rela-ções. Por exemplo, nas quatro frases aci-ma, a caracterização de todos esses verbos como de *ação-processo* leva a estabelecer neles dois tipos de relações: uma de causa (relação com o primeiro argumento) e ou-tra de afetamento (relação com o segundo argumento). Certamente, se o verbo for *locativo de ação-processo*, além desses dois tipos de relação, haverá também a de localização.

Por outro lado, um verbo pode apre-sentar uma mesma espécie de relação ge-ral com dois diferentes argumentos, mas com um deles a relação será mais comple-xa, na medida em que projetará uma ou-tra relação secundária abstrata. É o que se observa na frase (20b), em que *ganhar* es-tabelece uma relação de afetamento com os argumentos *Paulo* e *prêmio*. Mas a re-lação de *ganhar* e *Paulo* é também de lo-calização, especificada pelo traço 'meta'; em termos abstratos, o que informa essa frase é que algo (*um prêmio*) foi afetado num processo de transferência para al-guém (*Paulo*). Assim, Paulo é afetado pe-la posse de um prêmio que sofreu transfe-rência. Se ambos são, pois, afetados pelo processo verbal, o que os diferencia é que o verbo tem com o primeiro argumento também uma relação de meta.

Essa dimensão semântica das rela-ções vai constituir-se em elemento funda-mental para determinar a terceira dimen-são, a das funções semânticas dos argu-mentos. Poder-se-ia pensar que cada rela-ção específica determina uma função se-mântica (= caso) particular. Mas a ques-tão não é tão simples assim, pois se o fos-se não teríamos mesmo por que distinguir entre relações e funções. Estas, na verda-de, são também especificadas em razão da caracterização semântica geral do verbo; além disso, são às vezes produto de rela-ções complexas, daí a necessidade de se-rem tratadas numa dimensão à parte.

## 6. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE AFETAMENTO

Conforme a caracterização semânti-ca dos verbos, as relações de afetamento determinam três diferentes funções: Objeto, Experienciador e Beneficiário. Co-mumente, entretanto, nessas três funções está também especificada uma relação de localização — origem, meta ou extensão. Com a função de Objeto, pode estar es-pecificada ainda uma relação de causa — precisamente a especificação de efeito —,

o que é comum com os verbos de criação.\* É também considerada na função semântica de Objetivo a frase encaixada que identifica o conteúdo de um evento psicológico (cf. 6, p. 42), traduzido em verbos de julgamento, de opinião etc. Os termos grifados nas frases abaixo ilustram as ocorrências da função de Objetivo:

- (23) a. O *livro* era bem velho.  
b. A cozinheira pôs a *panela* no fogo.  
c. Pedro não tem *fé*.  
d. A moça gostará do *namorado*.  
e. A professora pensa *que eu estou mentindo*.

Tais exemplos põem em evidência alguns aspectos importantes com respeito à função do Objetivo: primeiramente, ela pode ocorrer com qualquer tipo de verbo; em segundo lugar, ela pode ocupar diferentes posições ou funções sintáticas na superfície; em terceiro lugar, é exercida por nomes marcados pelos traços animado ou inanimado, concreto ou abstrato. Tais aspectos levam a considerá-la a mais neutra semanticamente (cf. 7, p. 25).

As funções de Experienciador e Beneficiário certamente estão associadas a verbos experienciais e benefactivos, respectivamente, que por sua vez podem ser de estado, de processo e de ação-processo. Embora essas duas funções já tenham sido consideradas de um único caso\*\*, há certas diferenças na estrutura semântica que são explicadas admitindo-se que Experienciador e Beneficiário não são de mesma função. Enquanto o Experienciador refere-se à função do argumento afe-

tado por um estado ou processo mental ou psicológico, o Beneficiário refere-se à função do argumento afetado pela posse — alienável ou inalienável, transitória ou não — denotada por verbos típicos. São, pois, funções relacionadas a verbos de natureza semântica diferente. Enquanto certa disposição ou atitude mental está sempre presente no argumento Experienciador, o argumento Beneficiário apresenta uma relação eminentemente passiva para com o estado, processo ou ação descritivos da posse. Os exemplos em (24) e (25) permitem observar essas diferenças, ao mesmo tempo em que mostram as variadas posições sintáticas do Experienciador e Beneficiário:

- (24) a. A *menina* está triste.  
b. O *rapaz* se assusta facilmente.  
c. Aquela ameaça aterrorizava a *família*.  
d. Mostrei a *Pedro* meus quadros.  
(25) a. *Paulo* não tem vintém.  
b. O *irmão* perdeu a fortuna.  
c. O motorista subornou o *policia*.  
d. Deram ao *vencedor* o prêmio merecido.

## 7. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE CAUSA

As relações de causa, características de qualquer verbo que tenha o traço 'Ação', combinado ou não com outro traço, determina também três diferentes funções muito próximas: Agente, Causativo e Instrumento. A característica básica do argumento Agente é a de especificar alguém

\* Tem havido muita discrepância, entre os autores, quanto à configuração, especial ou não, dada à função desta relação particular. Fillmore (7, p. 25), num primeiro momento, trata-a como (caso) Factitivo, abandonando mais tarde a distinção com o seu (caso) Objetivo. Chafe (4, p. 156) trata-a como Complemento, distinguindo-o de Paciente. Preferimos configurá-la na função geral de Objetivo, embora reconheçamos traços relacionais particulares que acarretam, às vezes, comportamento sintático especial. Cf. as frases:

a. Ele destruiu a mesa.  
b. O que ele fez com a mesa foi destruí-la.

Mas: c. Ele compôs este Poema.

d. \*O que ele fez com este poema foi compô-lo.

\*\* Fillmore (7, p. 24 e segs.), com a etiqueta 'Dativo', denominava "o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo", abrangendo tanto os nomes pacientes de um estado mental ou evento psicológico, como os atingidos pela posse de algo, enquanto beneficiários de uma ação, processo ou estado.

que executa a ação, sobre a qual exerce controle. Há mesmo autores que caracterizam o Agente como nome tipicamente marcado pelos traços /animado/ e /volição/\*, enquanto para outros o Agente pode ser também representado por 'Força da natureza', os chamados 'agentes naturais' (mero Instrumento para os primeiros)\*\*. A controvérsia envolve exemplos como os de (26) e (27):

(26) A empregada abriu a porta.

(27) O vento abriu a porta.

Com efeito, se há algum traço comum aos dois diferentes nomes na posição de sujeito, nas frases acima, é o traço /potente/, passando a um segundo plano traços como /animado/, /contável/ etc. Entretanto, não vimos dando nenhuma importância, no estabelecimento das relações, aos traços lexicais dos nomes, e não o faremos agora. No estabelecimento das funções semânticas dos nomes, têm sido considerados tão-somente os traços relacionais. Estes podem ser pensados como elementos interligados de forma hierárquica, como explica Nilsen (17, p. 28): "se alguém sabe que a relação entre um sujeito e um verbo é uma relação de controle, ele sabe além disso que esta relação é também 'causal' e que o sujeito é a 'origem' da ação." Daí ter sugerido a seguinte hierarquia de traços nos nomes em relação ao verbo: (i) controle; (ii) causa; (iii) origem.\*\*\* Na frase (26) acima, *empregada* tem o traço /controlador/, e também, conseqüentemente, o traço /causa/ e /ori-

gem/; já na frase (27), *vento* tem basicamente o traço /causa/ e, conseqüentemente, também o traço /origem/. A diferença semântica entre as frases (26) e (27), portanto, diz respeito tão-somente à presença do traço 'controlador' da ação em (26), que o nome sujeito em (27) não apresenta. Assim, enquanto o nome *empregada* em (26) tem a função de Agente, *vento* em (27) tem a função de Causativo.

Outra função de natureza causal é a de Instrumento. Os nomes com esta relação não se associam diretamente ao verbo e sim ao Agente, o que quer dizer que pressupõem sempre a existência do Agente, ao menos na estrutura profunda da frase. Consideremos as frases abaixo:

(28) A empregada abriu a porta com esta chave.

(29) \*O vento abriu a porta com esta chave.

(30) A porta abriu com esta chave.

(31) Esta chave abriu a porta.

Tais frases mostram que o Instrumento (*chave*) é um objeto que representa um papel na efetivação de um processo, mas não é o instigador ou a força motivadora do processo. Na medida em que é algo 'controlado' por um agente — claramente expresso em (28) e subentendido em (30) e (31) —, pode-se considerá-lo subsidiário do Agente. Mas a anomalia da frase (29) serve-nos para acentuar melhor a necessidade de se estabelecer uma diferença entre Agente e Causativo\*\*\*\*. Para maiores

\* Enquanto Fillmore (7, p. 24) considera o agentivo o nome tipicamente animado instigador da ação identificada pelo verbo, Jackendoff (11, p. 32) assim define o agente: "O SN Agente é identificado por uma interpretação semântica que atribui ao SN desejo ou volição para com a ação expressa pela frase. Daí apenas SNs animados poderem funcionar como Agentes".

\*\* Cf. a bem desenvolvida discussão de Cruse (5) sobre a noção de agentividade e a discussão das dificuldades de análise das noções casuais de Agente e Instrumento em Fillmore (6, p. 43-5).

\*\*\* Esta hierarquia de traços de Nilsen, ponto de partida para o estabelecimento de seu sistema de casos, apresenta na realidade uma bifurcação: Controlador/Controlado; Causa/Efeito; Origem/Meta. Embora se tenha mostrado eficaz na análise das frases de verbos dinâmicos em geral, a tentativa que fizemos de estendê-la a frases de verbos estativos trouxe-nos inúmeros embaraços, mesmo depois de acrescentarmos um traço neutralizador a cada oposição (respectivamente, 'Afetado', 'Condição' e 'Extensão').

\*\*\*\* Comumente essa distinção não é levada em conta entre os gramáticos que lidam com casos profundos ou sistemas semelhantes. Encontramos tal distinção em McCoy (16) e López Garcia (15), que segue de perto o modelo de McCoy. Entretanto, não usam dos mesmos argumentos ou justificativas que vimos desenvolvendo.

considerações, observem-se as frases de (32) a (36):

- (32) A porta abriu por causa da empregada.
- (33) A porta abriu por causa do vento.
- (34) O vento fez João fechar a porta.
- (35) João fechou a porta por causa do vento.
- (36) ? O vento fechou a porta por causa de João.

Enquanto (33) pode ser considerada uma paráfrase de (27), não se pode dizer que (32) seja uma paráfrase de (26). De fato, dizer que “A porta abriu por causa da empregada” não significa que a empregada tenha tido parte ativa, como instigadora e controladora da ação, em abrir a porta; antes deve pressupor qualquer descuido da parte dela, não a tendo fechado direito, por exemplo. De forma que a empregada está causalmente envolvida em (32), mas não agentivamente. Já (33) e (27) são paráfrases sinonímicas porque em ambas o vento é tão-somente a causa do processo. (34) é uma típica frase causativa em português: *o vento* é o nome Causativo do evento e *João* é o Agente da ação. Daí (35) poder ser considerada uma paráfrase sinonímica de (34), mas não (36). Esta última só pode ser semanticamente aceitável se a expressão *por causa de João* for interpretada como ‘causa remota’ e não como um Agente, equivalendo a algo como:

- (37) O vento fechou a porta porque João a deixara meio aberta.

## 8. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE LOCALIZAÇÃO

As relações de localização determinam também três diferentes funções: Locativo-extensão (ou simplesmente Locativo), Locativo-origem e Locativo-meta. O Locativo é definido como a função de um nome que exprime lugar, associado a verbos de posição. Os termos grifados nos exemplos abaixo ilustram essa função:

- (38) a. As laranjas estão *naquela caixa*.
- b. A bola ficou *no campo*.
- c. Pedro está preso *em seu quarto*.
- d. Meu filho mantém os livros *na estante*.

O Locativo-origem e o Locativo-meta estão comumente associados a verbos de movimento ou direcionais, sendo normal a relação simultânea com essas duas funções numa mesma estrutura frásica. Os termos grifados nas frases de (39) ilustram a função Locativo-origem e nas frases de (40) a função Locativo-meta, enquanto em (41) as frases são construídas com as duas funções:

- (39) a. O pai já chegou *do trabalho*.
- b. Pedro ainda não saiu *de casa*.
- c. O empregado trouxe o leite *da fazenda*.
- (40) a. A viúva foi *ao cemitério*.
- b. Pedro já saiu *para o trabalho*.
- c. O garoto atirou a bola *no telhado*.
- (41) a. A bola rolou *do zagueiro para o atacante*.
- b. Pedro saiu *de casa para o trabalho*.
- c. Já levaram o leite *da fazenda para casa*.

Mas a característica fundamental dessas funções é que, além de básicas nas estruturas frásicas de verbos locativos em geral (quer de posição, quer de movimento), aparecem comumente como funções secundárias de outros verbos. É que, de fato, as relações de localização estão subjacentes a qualquer estado, bem como a processo ou ação que envolva mudança ou transferência. Podemos então falar de Locativos possessivos e Locativos abstratos, como ilustram as frases abaixo:

- (42) a. *Aquela caixa* contém laranjas.
- b. *Pedro* tem muitos livros.
- c. *Pepita* sabe a resposta certa.
- d. *Paulo* herdou uma fortuna *do tio*.
- e. *O professor* ensinou um teorema *aos alunos*.

- f. O garoto passou *de corintiano para palmeirense*.
- g. O aluno empurrou a cadeira.
- h. A editora doou alguns livros.

Os termos grifados em (42a-b) assinalam a função de Locativo de posse, enquanto (42c) indica um Locativo (secundário) mais abstrato.\* Já em (42d) se observa uma transferência de posse, de forma que *tio* pode ser considerado na função de Locativo-origem e *Paulo* na de Locativo-meta. Essas mesmas funções aparecem secundariamente, como resultado de relações mais abstratas, nos argumentos grifados de (42e-f). Enfim, em (42g) podem subentender-se funções de Locativo-origem e Locativo-meta (*de um lugar para o outro*), enquanto (42h) pressupõe uma função secundária de Locativo-meta (*para alguém*) na transferência de posse.

#### 9. IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES E FUNÇÕES SEMÂNTICAS

É oportuno apontar, nesta altura, o alcance explicativo de um sistema que considera relações e funções semânticas na descrição dos fatos da língua. A caracterização funcional dos argumentos, em razão do tipo de verbo e das múltiplas relações que com ele contraem, permite captar um número maior de generalizações na descrição de fatos independentes ou inter-relacionados da língua. Como ilustração, tomemos as frases (43) e (44), com os verbos *vender* e *comprar*:

(43) João vendeu uma lancha a Pedro.

(44) Pedro comprou uma lancha a João.

Uma gramática de casos X descreveria ca-

da uma dessas frases em função da 'estrutura casual' para cada verbo; como a *vender* corresponde a construção com Agente/Objetivo/Dativo e a *comprar* corresponde a mesma construção\*\*, daí, se assinalaria alguma relação de tipo sinonímico. Mas como explicar essa sinonímia se os papéis representados por cada nome — exceto o Objetivo — são o reverso de uma frase para outra?\*\*\*

Em um sistema de relações mais abstratas, como o que vimos desenvolvendo, primeiramente reconhecemos a similaridade do processo nessas duas frases: uma lancha está passando da posse de João para a posse de Pedro. Isso pode ser expresso dizendo-se que *uma lancha* é Objetivo, *João* é Origem e *Pedro* é Meta em ambas as frases. Mas elas diferem com respeito a quem se menciona como 'tomador da iniciativa' — *João* em (43) e *Pedro* em (44). Estes fatos podem ser captados especificando-se que, com *vender* e *comprar*, o sujeito é Agente, mas com *vender* ele é também Origem, enquanto com *comprar* ele é também Meta. Não há nenhuma formalização adequada na gramática de casos para exprimir a reciprocidade de Origem-Meta e o estatuto de sujeito Agente em frases desse tipo.

Outra vantagem neste sistema diz respeito à possibilidade de um tratamento semântico adequado de certos tipos de frase em que também se exprime o que podemos chamar de *ação secundária* (cf. 11, p. 35-6). Observe-se o exemplo (45):

(45) Esaú trocou sua primogenitura com Jacó por uma sopa de legumes.\*\*\*\*

\* A relação de localização abstrata de posse em (42c), por exemplo, pode ser observada pela correspondência com as frases abaixo:

- c1. Pepita tem a resposta certa.
- c2. A resposta certa está com Pepita.
- c3. Em Pepita se encontra a resposta certa.

\*\* Cf. por exemplo McCoy (16, p.228 e 230), que atribui a esses verbos exatamente esses casos como básicos.

\*\*\* João é classificado como Agente em (43) e como Dativo (?) em (44); Pedro é classificado como Dativo em (43) e como Agente em (44). Não se compreende bem a classificação de João como Dativo em (44).

\*\*\*\* Estamos dando em português a frase correspondente ao inglês "Esau traded his birthright to Jacob for a mess of pottage", a partir da qual Jackendoff (11, p. 35-6) desenvolve sua análise da ação secundária.

Esta frase descreve duas ações relacionadas. A primeira é a transferência da primogenitura de Esaú para Jacó: *primogenitura* é Objetivo, *Esaú* é Origem e *Jacó* é Meta. Mas, na ação secundária, a transferência é da sopa de legumes de Jacó para Esaú: nesta, *sopa de legumes* é o Objetivo secundário, *Esaú* é Meta secundária e *Jacó* é Origem secundária. Nomes precedidos de *por* indicando Objetivo secundário aparecem com outros verbos, como mostram os exemplos com *vender* e *comprar* abaixo; mas as frases com *pagar* e *arrecadar* mostram outro aspecto mais:

- (46) João vendeu uma lancha a Pedro por dois milhões.
- (47) Pedro comprou uma lancha de João por dois milhões.
- (48) Pedro pagou dois milhões a João por uma lancha.

- (49) João arrecadou dois milhões com a venda de uma lancha.

Essas frases descrevem algum tipo de transação. Elas diferem quanto a revelar qual transferência é primária e qual é secundária, bem como quanto à identidade do Agente. Com *vender* e *comprar* a transferência de *lancha* é primária e a do dinheiro secundária; com *pagar* a transferência do dinheiro é que é primária, o mesmo sucedendo com o verbo *arrecadar*. Estes dois últimos verbos se caracterizam, pois, por terem como Objetivo primário um tipo de nome que é Objetivo secundário com outros verbos correlatos.

Uma descrição semântica das frases da língua, portanto, deve levar em conta as ações secundárias expressas em certos enunciados, já que formam parte de seu significado, além de serem elementos de diferenciação semântica entre alguns verbos.

*ABSTRACT: Two levels should be distinguished in the analysis of the meaning of the sentence: that of the utterance and that of the proposition. Both must be considered in the semantic representation of the sentence, which is mapped as a set of predications displayed in stratified levels. The existential stratum and that of the objective content present a mutual structural relation and constitute the proposition kernel. In the proposition, the verbs present certain semantic categories that yield appropriate relations to the nouns associated with them, determining the semantic functions of the arguments. For the analysis of this complex problem, the systems of Fillmore, Chafe and Jackendoff have been integrated in just one model. Basic features are taken as the starting point and are combined with other more specifying features, which lead to quite abstract relations with the arguments; three functions of each type of relation are then studied. Finally, it is emphasized the explanatory scope of a system that takes into account the semantic relations and functions in the description of the language facts.*

*KEY-WORDS: Utterance; proposition; semantic representation; existential stratum; objective content; predicator; argument; semantic categorization; semantic relation; semantic function.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, J. — *The grammar of case: towards a localistic theory*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1971.
2. ARRAIS, T. C. — *As estruturas sintático-semânticas dos verbos de movimento em português*. São Paulo, FFLCH-USP, 1974. (Tese-Doutoramento).
3. ARRAIS, T. C. — *Estruturas sintático-semânticas da frase portuguesa*. Araraquara, ILCSE-UNESP, 1982. (Tese-Livre-Docência).
4. CHAFE, W. — *Meaning and the structure of language*. Chicago, Univ. Chicago Press, 1970.
5. CRUSE, D.A. — Some thoughts on agentivity. *Journal of Linguistics*, 9: 11-23, 1973.
6. FILLMORE, C. — Some problems for case grammar. *Monograph Series on Language and Linguistics*, n. 24, 1971.
7. FILLMORE, C. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R., eds., — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.
8. FILLMORE, C. — Toward a modern theory of case. In: REIBEL, D. & SCHANE S., eds. — *Modern studies in English: readings in transformational grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1969. p. 361-75.
9. GRUBER, J. — Functions of the lexicon in formal descriptive grammars (1967). In: *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland Publ., 1976, p. 211-367.
10. GRUBER, J. — Studies in lexical relations (1965). In: *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland Publ., 1976. p. 1-210.
11. JACKENDOFF, R. — *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MIT Press, 1972.
12. JACKENDOFF, R. — Toward a cognitively viable semantics. In: RAMEH C., ed. — *Semantics: theory and application*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1976. p. 59-80.
13. LANGACKER, R. — Functional stratigraphy. In: GROSSMAN, R. et alii, eds. — *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago, Chicago Linguistic Society, Apr., 1975, p. 351-97.
14. LANGACKER, R. — Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of Language: International Journal of Language and Philosophy*, 14: 307-57, 1976.
15. LÓPEZ GARCIA, A. — *Elementos de semántica dinámica. Semántica española*. Zaragoza, Pórtico, 1977.
16. McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of spanish verbs*. Michigan, S.L. Univ., 1969.
17. NILSEN, D. L. F. — *Toward a specificatin of deep cases*. The Hague-Paris, Mouton, 1972.
18. ROSS, J. — On declarative sentences. In: JACOBS & ROSENBAUM, eds. *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass., Ginn & Co., 1970. p. 222-72.